

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2011

A Portobello S.A. (BM&FBOVESPA - código: PTBL3), líder no segmento de revestimentos cerâmicos na América Latina, listada no segmento tradicional da BOVESPA desde 1991 até 2008, quando aderiu ao Novo Mercado, apresenta seus resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em reais, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e com o IFRS (*International Financial Reporting Standards*). As comparações realizadas neste comunicado levam em consideração os exercícios de 2010 e 2009.

DESTAQUES 2011

- O crescimento da Receita Líquida, que superou em 15% os números de 2010, atingindo a marca de R\$ 587 milhões;
- A Receita de Vendas do Mercado Interno cresceu 15% em relação a 2010 e 7% a mais que o índice setorial - ABRAMAT - que cresceu 8%;
- O Lucro Bruto teve um crescimento de 14% quando comparado com 2010 e totalizou R\$ 186 milhões.

FATO RELEVANTE

Em 23 de dezembro de 2011 a Portobello S/A celebrou com a Eliane S/A - Revestimentos Cerâmicos, um Memorando de Entendimento estabelecendo termos e condições para uma possível fusão objetivando a união dos seus negócios e a integração de suas operações. A divulgação ocorreu na mesma data através do fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários e BM&FBOVESPA. A Portobello e a Eliane são tradicionais fabricantes de revestimentos cerâmicos e juntas agregam quase 90 anos de experiência no desenvolvimento de produtos de reconhecida qualidade. Com forte presença no mercado nacional e atuando em mais de 70 países, apresentam considerável complementariedade entre os seus produtos e os mercados por elas atendidos. As diligências previstas para durar até 31 de março de 2012, estão ocorrendo conforme planejado, o Conselho de Administração de Defesa Econômica - CADE está avaliando os impactos da possível fusão. Essa fusão potencializará a capacidade de investimento de forma a atender as demandas crescentes do mercado brasileiro e sua competitividade exportadora. Além de abrir espaço para outras oportunidades de consolidação, tanto no setor cerâmico como no segmento ampliado de material de construção.

Mensagem da Administração

A continuidade no crescimento do Mercado Interno fez com que a empresa mantivesse seu foco nesse mercado. O desenvolvimento de novos produtos, o crescimento dos investimentos, uma agressiva atuação comercial, foram traduzidos em ganho de "market share" face a um crescimento de vendas de 15% enquanto o setor cresceu 8%. Esse desempenho consolidou a posição da Portobello como líder em Inovação e Design e contribuiu para ratificar o bom momento que vive a empresa. Superamos um primeiro semestre bastante desafiador, fruto das severas consequências sofridas no sítio da empresa face a chuvas e alagamentos verificados nesse período. Da mesma forma um grande esforço foi empreendido para superar os desafios logísticos oriundos principalmente de nosso crescimento. O resultado operacional recebeu também o incremento de provisões para contingências, necessárias para arbitrar decisões de esfera judicial cível. Ajustes operacionais foram colocados em prática, incluindo modificações na estrutura fabril, quando foi necessário parar a produção por determinado período, o que afetou também negativamente o resultado. Esses esforços operacionais associados às iniciativas de recomposição das margens reduziram o impacto líquido no ano de 2011 e criaram condições ideais para que empresa continue confiante quanto aos bons resultados a serem colhidos ao longo dos períodos seguintes. Dessa forma, apesar da evolução do crescimento do lucro operacional bruto, a Companhia apresentou queda do resultado antes dos juros e impostos (EBIT) em 13%, fruto notadamente dos gastos extraordinários e não recorrentes de logística, provisões legais e intempéries que afetaram o parque fabril e estoque. Estes gastos extraordinários e não recorrentes somaram R\$ 14,6 milhões, sendo (i) gastos com logística R\$ 7 milhões; (ii) parada da fábrica R\$ 3,6 milhões; (iii) incremento de contingências judiciais e outros R\$ 4 milhões. A Companhia apresentou além do crescimento das vendas, redução de capital de giro e redução do endividamento.

Distribuição

A rede de distribuição da Portobello está alicerçada em quatro canais distintos e com características específicas de portfólio de produtos, serviços e de política comercial:

Mercado interno: São três os canais de distribuição:

Varejo Portobello Shop - Franquias que atendem os clientes de varejo por meio das lojas franqueadas sob as bandeiras Portobello Shop e Empório Portobello. Com 106 lojas localizadas em 93 cidades, este canal é a maior rede brasileira de lojas especializadas em revestimentos cerâmicos.

Varejo Multimarcas - Responsáveis pelo atendimento a revendedores de materiais de construção que vendem nossos produtos no varejo.

Engenharías - Representadas por equipes especializadas que atendem empresas de construção civil, construtoras e incorporadoras imobiliárias.

Mercado externo: Representando as vendas realizadas para diversos países através de equipe própria e representantes independentes. As exportações em 2011 foram limitadas a mercados mais rentáveis e tiveram sua participação nas vendas totais reduzidas, de acordo com os planos definidos preliminarmente.

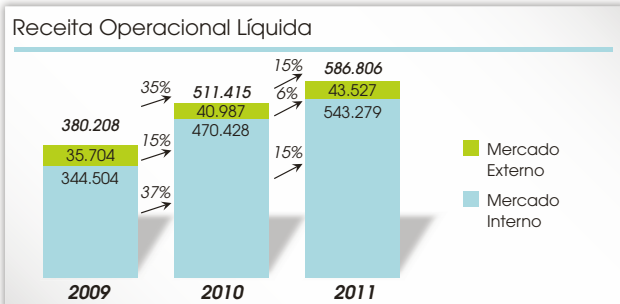
	2009	% ROL	2010	% ROL	2011	% ROL
Receita operacional líquida	380.208	100%	511.415	100%	586.806	100%
Mercado interno	344.504	91%	470.428	92%	543.279	93%
Mercado externo	35.704	9%	40.987	8%	43.527	7%
(-) Custo dos produtos vendidos	(274.990)	72%	(347.971)	68%	(400.653)	68%
(=) Lucro operacional bruto	105.218	28%	163.444	32%	186.153	32%

	2009	2010	2011	Varição % 2011 x 2010
Resultado consolidado				
Receita operacional líquida	380.208	511.415	586.806	15%
Lucro operacional bruto	105.218	163.444	186.153	14%
Margem bruta	29%	32%	32%	0 p.p.
Vendas	(55.330)	(75.754)	(97.452)	29%
Gerais e administrativas	(15.119)	(16.985)	(18.675)	10%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16.229	42	(8.307)	-
EBIT	50.998	70.747	61.719	-13%
Margem EBIT	13%	14%	11%	-3 p.p.
Resultado financeiro e outros ganhos (perdas), líquidos	(18.887)	(27.349)	(24.617)	-10%
Resultado operacional	32.111	43.398	37.102	-15%
Imposto de renda e contribuição social	(7.199)	(2.669)	(12.164)	356%
Resultado do período das operações continuadas	24.912	40.729	24.938	-39%
Resultado do período das operações descontinuadas	(5.745)	(8.425)	(548)	-93%
Resultado líquido acumulado	19.167	32.304	24.390	-24%
Margem líquida	5%	6%	4%	-2 p.p.
EBITDA (*)	67.520	87.509	77.637	-11%
Margem EBITDA	18%	17%	13%	-4 p.p.

(*) As operações da controlada Portobello América, Inc. foram descontinuadas em 31 de dezembro de 2010 e os dados relativos a esta operação descontinuada estão sendo apresentados na demonstração de resultado do exercício de forma aglutinada conforme as normas do CPC/IFRS. Os comentários aqui apresentados seguem este padrão.

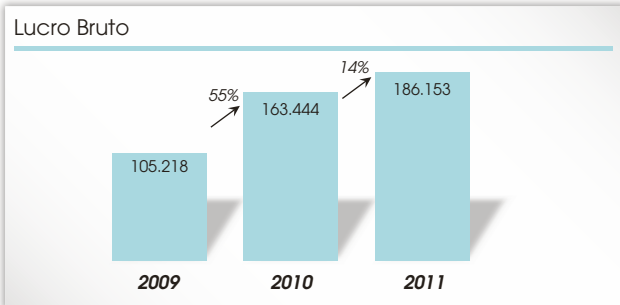
Receita Líquida

A receita líquida cresceu 15% em 2011, quando comparada ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 587 milhões, 93% dos quais foram realizadas no mercado interno. A performance do mercado interno, 15% superior, teve a participação equilibrada dos canais Engenharia, Varejo Multimarcas e Portobello Shop.



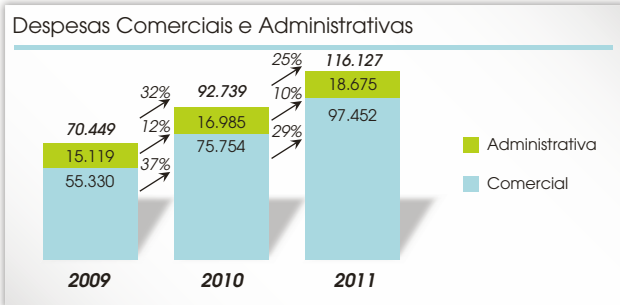
Lucro Bruto

O lucro bruto atingiu R\$ 186 milhões em 2011 e apresentou crescimento de 14% sobre o mesmo período do ano anterior, influenciado pelo aumento das vendas.



Resultado Operacional

As despesas comerciais somaram R\$ 97 milhões em 2011, correspondendo a um incremento de 29% comparadas às do mesmo período de 2010. Este aumento decorreu fundamentalmente do crescimento com despesas não recorrentes (extraordinárias) na área de logística, fruto das intempéries que afetaram estoques e exigiram ajustes de armazenamento e distribuição. As despesas administrativas totalizaram R\$ 19 milhões em 2011 e aumentaram 10% quando comparadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, influenciadas, (i) por maiores gastos com pessoal, e (ii) por maiores gastos com serviços de terceiros, como consultorias, mas mantiveram-se abaixo do crescimento operacional, gerando ganho de eficiência.



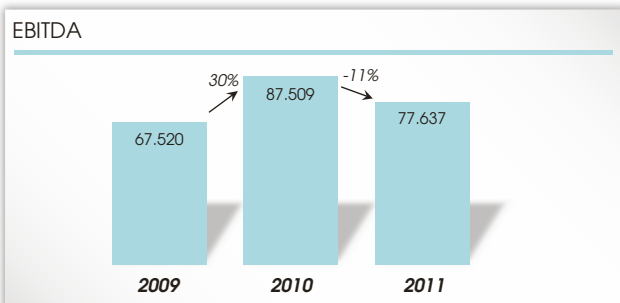
Outras Receitas e (Despesas) Operacionais, Líquidas:

Em 2011 a Companhia reconheceu uma despesa operacional líquida de R\$ 8,3 milhões, grande parte refere-se a (i) incremento em provisão para contingências decorrente de decisões judiciais civis e trabalhistas desfavoráveis à Companhia e (ii) custos fixos relativos à parte ociosa, reconhecidos diretamente no resultado no segundo trimestre, tendo em vista que a Companhia não operou na sua capacidade normal de produção em função da reengenharia fabril em suas linhas de produção. Já no mesmo período de 2010 as outras despesas operacionais foram praticamente anuladas pelo complemento dos recebíveis da Eletrobrás, R\$ 9 milhões reconhecidos sob a rubrica "outras receitas operacionais".

EBITDA

O EBITDA, lucro líquido antes de resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda, depreciação e amortização, resultado líquido atribuído à participação dos não controladores, resultado do período de operações descontinuadas, somou R\$ 78 milhões em 2011.

Foram considerados no total de receita (despesa) financeira líquida os outros ganhos e perdas líquidos, relativos aos efeitos cambiais registrados sobre os recebíveis e as contas a pagar aos fornecedores.

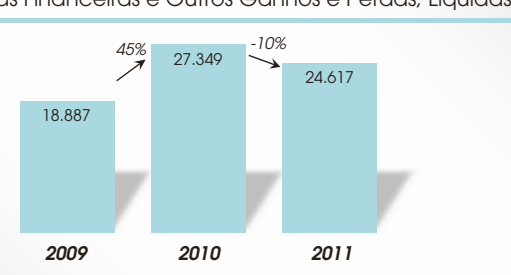


EBITDA

	2009	2010	2011	Varição % 2011 x 2010
Resultado líquido atribuído a acionistas da Companhia	19.161	32.295	24.381	-25%
Outros ganhos (perdas), líquidos	8.722	1.358	(4.630)	-441%
Receita (despesa) financeira líquida	10.165	25.991	29.247	13%
Depreciação, amortização e exaustão	16.522	16.762	15.918	-5%
Imposto de renda e contribuição social	7.199	2.669	12.164	356%
Resultado líquido atribuído a participação dos não controladores	6	9	9	0%
Resultado do período de operações descontinuadas	5.745	8.425	548	-93%
(=) EBITDA das operações continuadas (*)	67.520	87.509	77.637	-11%
% da receita líquida	18%	17%	13%	-4 p.p.

Resultado Financeiro e Outros Ganhos (Perdas), Líquidos
O resultado financeiro em 2011, somado aos ganhos (perdas) líquidos (composto pela variação cambial sobre os recebíveis e contas a pagar operacionais) apresentou uma redução de R\$ 27.349 para R\$ 24.617, influenciado pelo menor endividamento e pela redução do custo da dívida.

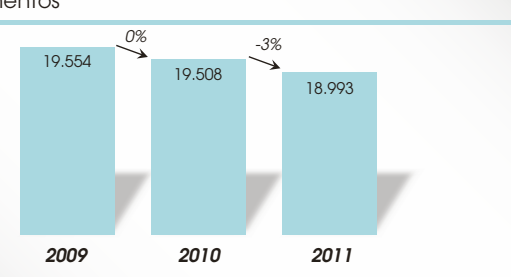
Despesas Financeiras e Outros Ganhos e Perdas, Líquidas



Investimentos

Em 2011 os investimentos mantiveram-se nos níveis definidos pela administração, acumularam R\$ 19 milhões concentrados em melhorias no processo fabril visando maior produtividade e investimentos em logística, tanto em armazenamento como aquisição e implementação de sistemas de gestão.

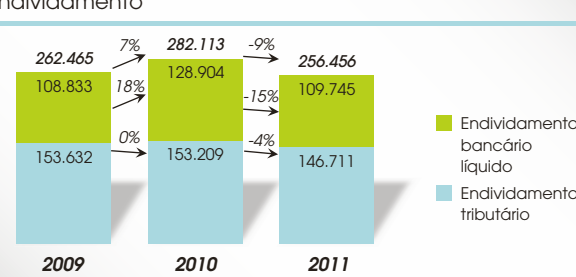
Investimentos



Endividamento / Estrutura de Capital

O endividamento total em dezembro de 2011 apresentou uma redução de R\$ 26 milhões, 9% abaixo quando comparado com o mesmo período de 2010, em função do melhor resultado operacional obtido nos últimos anos, bem como, a redução da necessidade de capital de giro. Em 31 de dezembro de 2011 o endividamento bancário líquido era de R\$ 110 milhões, contra R\$ 129 milhões em 31 de dezembro de 2010, já o endividamento tributário apresentou uma queda de 4% quando comparado com dezembro de 2010.

Endividamento



Endividamento bancário líquido

	2009	2010	2011
Circulante	92.871	97.584	79.600
Não circulante	28.859	45.242	40.210
(=) Total do endividamento bancário	121.730	142.826	119.810
Disponibilidades e títulos e valores mobiliários	12.897	13.922	10.065
(=) Total do endividamento bancário líquido	108.833	128.904	109.745

Alavancagem financeira

	2009	2010	2011
Endividamento bancário líquido	108.833	128.904	109.745
Endividamento tributário	153.632	153.209	146.711
EBITDA (últimos 12 meses)	67.520	87.509	77.637
(=) Dívida bancária líquida / EBITDA	1,6	1,5	1,4
(=) Dívida bancária líquida e tributária líquida / EBITDA	3,9	3,2	3,3

Conforme destacado na Nota Explicativa 12, a Companhia detém créditos, lastreados por contrato, da parte relacionada Refinadora Catarinense S/A, provenientes de ação ganha movida por esta contra a Fazenda Nacional (Crédito Prêmio IP). Ressalta-se que são créditos garantidos por ação transitada em julgado e já transformados em precatórios, pagos anualmente por um período de 10 anos. A primeira, das dez parcelas, no valor de R\$ 10.097, foi recebida pela Portobello em agosto de 2011 e, conforme possibilita o contrato, com aplicação de deságio. O saldo desses créditos em 31 de dezembro de 2011 representa R\$ 93.780 e, quando deduzidos do endividamento total, totalizam R\$ 162.676, ou uma redução Dívida Líquida (bancária e tributária) / EBITDA de 2,1.

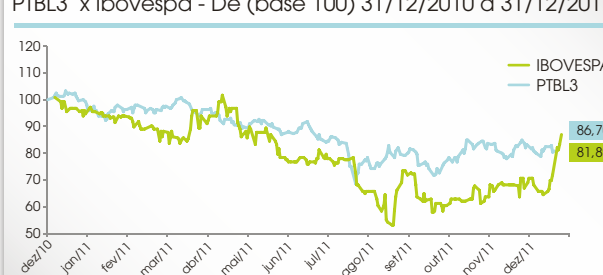
Recursos Humanos

O quadro de pessoal consolidado em 31 de dezembro de 2011 era constituído de 2.284 profissionais, sendo 2.122 próprios, 122 terceiros, 12 estagiários, 28 temporários. Já em 2010 o quadro de pessoal era de 2.502 profissionais, sendo 2.342 próprios, 108 terceiros, 17 estagiários, 35 temporários. A redução de 218 profissionais decorreu da implantação do programa de manufatura enxuta com a otimização dos postos de trabalho para aumento da produtividade.

Mercado de Capitais

A cotação das ações ordinárias (PTBL3) da Portobello no dia 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 1,76. Apresentando desvalorização de 13% nos últimos 12 meses, enquanto no mesmo período o Ibovespa registrou queda de 18%. Em 31/12/2011, o valor de mercado da Portobello era de R\$ 280 milhões.

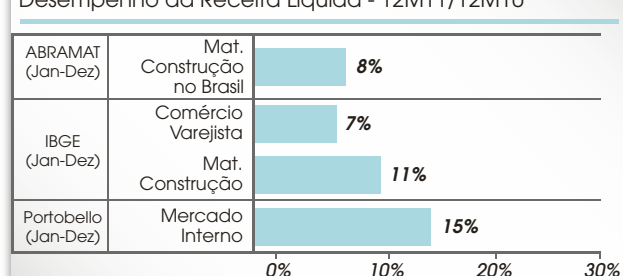
PTBL3 x Ibovespa - De (base 100) 31/12/2010 a 31/12/2011



Reconhecimentos em 2011

- 17º Prêmio PINI - eleita a melhor empresa nas categorias "Melhores Fornecedores do Construbusiness Nacional" e "Revestimento Cerâmico";
- Prêmio Top de Marketing ADV/SC 2011 - eleita uma das 10 empresas de destaques por ampliar sua estratégia de marketing além das fronteiras tradicionais, investindo no marketing digital;
- Indicação para o Prêmio Top de Mind 2011 Casa&mercado - com as perguntas "Qual a primeira marca que lhe vem à cabeça quando se fala em revestimentos cerâmicos?" e "Qual a primeira marca que lhe vem à cabeça quando se fala em revestimento em geral?";
- Marcas de Destaques do Século XXI - Editora Empreendedor, a pesquisa realizada com personalidades do mundo dos negócios, do marketing e da comunicação apontou a Portobello, como uma das empresas catarinenses que se destacaram nesta segunda década do século XXI;
- Prêmio Empresa Cidadã ADV/SC 2011 - 13ª edição, na Categoria Preservação ambiental com o caso Sustentabilidade Portobello: Todos comprometidos com o futuro - pelo reconhecimento das iniciativas bem sucedidas em responsabilidade social, nas áreas de Preservação Ambiental, Participação Comunitária e Desenvolvimento Cultural;
- Prêmio ABF 2011 - Destaque Franchising e Selo Excelência em Franchising (SEF) - Portobello Shop é contemplada pela 6ª vez com o selo;
- Prêmio Expressão de Ecologia, 18ª edição, maior premiação ambiental da região Sul do País. Com o caso "Sustentabilidade Portobello: Todos comprometidos com o Futuro", a empresa foi vencedora na categoria Gestão Ambiental. Promovido pela Editora Expressão;
- Prêmio Marcas do Século 21. Homenagem às 21 marcas catarinenses que mais despontaram no século 21. Promovido pela Editora Empreendedor.

Desempenho da Receita Líquida - 12M11/12M10



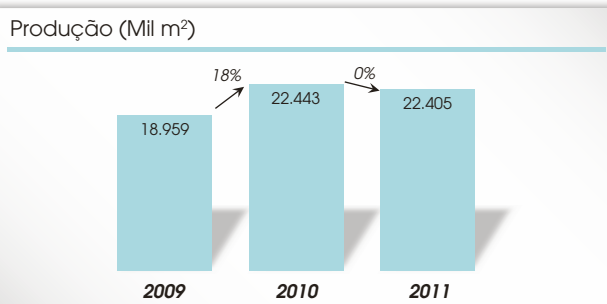
A evolução dos resultados de 2011 confirma os efeitos esperados das iniciativas implementadas e em processo de implementação, sendo: (i) terceirização da produção de produtos de menor margem; (ii) continuidade dos planos de redução de custos e perdas fabris; (iii) crescimento das vendas nas lojas Portobello Shop que apresentam mix e rentabilidade crescentes; (iv) limitação crescente da exportação, cada vez mais focada nos países e produtos de melhor rentabilidade; e (v) redução de capital de giro, fruto do estoque otimizado ao longo dos últimos meses, refletindo em ganhos de margens operacionais e na rentabilidade líquida da Companhia.

Perspectivas

- A Portobello espera a continuidade da forte demanda para materiais de construção, também influenciada pela alíquota zero do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados para produtos cerâmicos até o final de 2012, como incentivo do governo para construção civil, porém mais contida que em 2011;
- A Companhia acredita e tem direcionado os seus esforços no aumento de "market share" e foco ainda maior no mercado doméstico;
- Continuidade nos ganhos de produtividade com consequentes reduções de custos de produção e ganho de qualidade. As prováveis pressões inflacionárias nos custos dos insumos necessitarão ser neutralizados por ganhos de produtividade, que a Companhia espera obter com as medidas administrativas em curso somado aos investimentos orçados;
- A Companhia continuará trabalhando em ações comerciais para reduzir a necessidade de capital de giro decorrente de estoques em processo e acabados, bem como com em ações internas de forma a minimizar seus desafios na área de logística;
- A Portobello acredita que a recente medida governamental que aumentou o imposto de importação para porcelanatos técnicos, auxiliará no ajuste das distorções existentes no mercado desse importante segmento;
- Retorno sobre o investimento em sistema de gestão empresarial com implementação total até o primeiro trimestre de 2013.

Desempenho da Produção

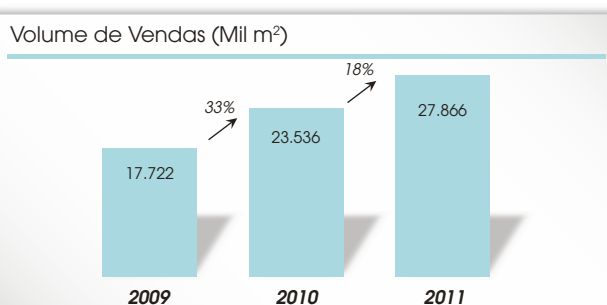
Em 2011, a produção totalizou 22.405 mil m², e manteve-se equiparada a igual período de 2010 decorrente dos esforços para a redução da necessidade de capital de giro via redução dos estoques em processo e acabados.



A estratégia de complementação da linha de produtos através da aquisição a partir de terceirização foi mantida. Sobre o total disponível para venda acumulada em 2011, a produção própria respondeu por 81% e a de terceiros por 19%, em igual período do ano passado, corresponderam, respectivamente, 87% e 13%.

Desempenho das Vendas

O forte desempenho das vendas no período foi positivamente influenciado pelo crescimento do volume físico de vendas do mercado interno, de 19% em 2011. Reflexo das ações que objetivam a redução da participação do mercado externo e concentração do foco no mercado brasileiro. Com isso, as vendas no mercado interno sobre o total corresponderam a 92%, mesmo percentual verificado em 2010. Já o volume físico das exportações representaram 8% das vendas totais deste ano e igual percentual no mesmo período do ano passado.



(*) A diferença crescente entre os volumes de produção e vendas decorre da terceirização da produção (outsourcing) que a Companhia vem empreendendo nos últimos 3 anos.

Demonstrações

Portobello S.A. e empresas controladas

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	Acumulado 31 de dezembro de 2011	Acumulado 31 de dezembro de 2010	Acumulado 31 de dezembro de 2011	Acumulado 31 de dezembro de 2010
Operações continuadas				
Receita líquida de venda	31 547.960	481.288	586.806	511.415
Custo dos produtos vendidos	(401.156)	(355.081)	(400.853)	(347.971)
Lucro operacional bruto	146.804	126.207	186.153	163.444
Recargas (despesas) operacionais líquidas				
Vendas	(82.496)	(61.409)	(97.452)	(75.754)
Gerais e administrativas	(14.205)	(12.480)	(18.675)	(16.985)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	33 (4.675)	3.353	(8.307)	42
Outros ganhos (perdas), líquidos	34 4.630	(1.358)	4.630	(1.358)
Resultado de equivalência patrimonial	19 10.028	904	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro	60.086	55.217	66.349	69.389
Resultado financeiro	35			
Receitas financeiras	17.760	13.071	18.369	13.818
Despesas financeiras	(41.275)	(41.096)	(41.639)	(41.697)
Variação cambial líquida	(5.777)	1.888	(5.777)	1.888
	(29.292)	(26.137)	(29.277)	(25.991)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15 30.794	29.080	37.102	43.398
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(5.752)	(4.376)	(11.465)	(10.069)
Diferido	(699)	7.400	(699)	7.400
	(6.451)	3.024	(12.164)	(2.669)
Lucro do exercício das operações continuadas	24.343	32.104	24.930	40.729
Operações descontinuadas				
Resultado do exercício de operações descontinuadas	36 -	-	(548)	(8.425)
Lucro líquido do exercício	24.343	32.104	24.390	32.304
Lucro líquido atribuível a				
Acionistas da Companhia	24.343	32.104	24.381	32.295
Participação dos não controladores	-	-	9	9
Quantidade por lote de mil ações em circulação na data do balanço	159.009	159.009	159.009	159.009
Lucro (prejuízo) básico e diluído do exercício por ação - R\$	37 0,15	0,20	0,15	0,20
De operações continuadas	0,15	0,20	0,16	0,26
De operações descontinuadas	-	-	(0,00)	(0,05)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do PL
Controladora	112.957	267	(133.622)	47.575	27.177
Em 31 de dezembro de 2009	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	32.104	-	32.104
Outros componentes do resultado abrangente					
Realização da reserva de reavaliação	30 -	-	1.857	(1.857)	-
Ganho atuarial	29,1 -	-	-	168	168
Variação cambial de controlada localizada no exterior	19 -	-	-	1.415	1.415
Total do resultado abrangente do período	-	-	1.857	(274)	1.583
Em 31 de dezembro de 2010	112.957	267	(99.661)	47.301	60.864
Lucro líquido do exercício	-	-	24.343	-	24.343
Outros componentes do resultado abrangente					
Realização da reserva de reavaliação	30 -	-	1.580	(1.580)	-
Ganho atuarial	29,1 -	-	-	879	879
Variação cambial de controlada localizada no exterior	19 -	-	-	(4.296)	(4.296)
Total do resultado abrangente do período	-	-	1.580	(4.997)	(3.417)
Em 31 de dezembro de 2011	112.957	267	(73.738)	42.304	81.790

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Sub-total	Participação dos não controladores	Total do PL
Controladora	112.957	267	(133.622)	47.575	26.948	1	26.949
Em 31 de dezembro de 2009	-	-	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	32.295	-	32.295	9	32.304
Outros componentes do resultado abrangente							
Realização da reserva de reavaliação	30 -	-	1.857	(1.857)	-	-	-
Ganho atuarial	29,1 -	-	-	168	168	-	168
Variação cambial de controlada localizada no exterior	19 -	-	-	1.415	1.415	-	1.415
Total do resultado abrangente do período	-	-	1.857	(274)	1.583	-	1.583
Em 31 de dezembro de 2010	112.957	267	(99.699)	47.301	60.826	10	60.836
Lucro do exercício	-	-	24.381	-	24.381	(11)	(11)
Outros componentes do resultado abrangente							
Realização da reserva de reavaliação	30 -	-	1.580	(1.580)	-	-	-
Ganho atuarial	29,1 -	-	-	879	879	-	879
Variação cambial de controlada localizada no exterior	19 -	-	-	(4.296)	(4.296)	-	(4.296)
Total do resultado abrangente do período	-	-	1.580	(4.997)	(3.417)	-	(3.417)
Em 31 de dezembro de 2011	112.957	267	(73.738)	42.304	81.790	8	81.798

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Portobello S.A., também referida nesta demonstração como "Companhia" ou "Controladora", é uma sociedade anônima de capital aberto e as suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da B3 de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada pelo grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, que detém em 31 de dezembro 2011 60,97% das ações da sociedade. Os 39,03% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelanatos e, em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, construção civil, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que em 31 de dezembro de 2011 está classificada como uma operação descontinuada conforme descrito na nota explicativa 35, (ii) Mimeraçã Portobello que é responsável pelo fechamento de cerca de 50% da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iii) PB Tech que foi constituída com o objetivo de oferecer as empresas de construção civil um atendimento diferenciado, com venda de produtos e serviços; e a (iv) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, especializadas em revestimentos cerâmicos. É a única franquia de revestimentos cerâmicos do Brasil e conta com 106 lojas.

Em 23 de dezembro de 2011 a Portobello S/A estabeleceu com e a empresa Eliane S/A - Revestimentos Cerâmicos, um Memorando de Entendimento sobre termos e condições para uma possível associação objetivando a unificação dos seus negócios e a integração de suas operações. A divulgação ocorreu na mesma data através do fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários e BM&FBOVESPA. Vide nota explicativa 43.

As demonstrações financeiras consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2012.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o "custo reavaliado" que ocorreu em 2006 para terrenos, edificações e benefícios. Os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa 3.

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas juntas às demonstrações financeiras consolidadas.

2.2. Consolidação

2.2.1. Demonstrações financeiras consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais de que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia ao seu valor justo, sendo considerada a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação societária da Companhia em empresas controladas é como segue:

	Percentual do capital	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Portobello S.A., Invest. Inc.	100,00	100,00
PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda.	99,94	99,94
Portobello Shop S.A.	99,90	99,90
Mineração Portobello Ltda.	99,76	99,76

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas nas operações nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

A conciliação entre os valores de patrimônio líquido e resultados dos exercícios apresentados pela Companhia e consolidado, é apresentada como segue:

	Patrimônio Líquido Controladora		Resultado Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Controladora	81.790	60.864	24.343	32.104
Lucro não realizado nos estoques	-	(38)	-	(38)
Reversão do lucro não realizado	-	-	38	229
Consolidado sem a participação dos não controladores	81.790	60.826	24.381	32.295

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

As operações entre a Companhia ou suas controladas deixam de ter controle, qualquer participação retida é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos aquela entidade são contabilizados como se os ativos e passivos relacionados tivessem sido diretamente alienados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

2.2.2. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes do patrimônio líquido da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	Acumulado 31 de dezembro de 2011	Acumulado 31 de dezembro de 2010	Acumulado 31 de dezembro de 2011	Acumulado 31 de dezembro de 2010
Lucro líquido do exercício	24.343	32.104	24.390	32.304
Outros componentes do resultado abrangente				
Realização da Reserva de Reavaliação	(4.997)	(274)	(4.997)	(274)
Ganho atuarial	30 (1.580)	(1.857)	(1.580)	(1.857)
Variação cambial de controlada localizada no exterior	19 4.296	1.415	(4.296)	1.415
Total do resultado abrangente do exercício	19 19.346	31.830	19.393	32.030
Resultado abrangente do exercício atribuível a				
Acionistas da Companhia	19.346	31.830	19.384	32.021
Participação dos não controladores	-	-	9	9

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	Acumulado 31 de dezembro de 2011	Acumulado 31 de dezembro de 2010	Acumulado 31 de dezembro de 2011	Acumulado 31 de dezembro de 2010
Caixa líquido das atividades operacionais	31 31.643	(11.678)	41.503	(6.849)
Caixa gerado nas operações	38 51.024	8.291	66.611	18.290
Juros pagos	(12.860)	(16.985)	(12.878)	(16.985)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.521)	(2.984)	(12.230)	(8.154)
Caixa líquido das atividades de investimento	3 3.083	(10.286)	(17.700)	(12.645)
Aquisição do ativo imobilizado	(14.030)	(12.972)	(14.089)	(13.227)
Aquisição do ativo intangível	(3.611)	(5)	(3.611)	(18)
Dividendos recebidos	21.030	5.909	-	-
Recebimento na venda de ativo permanente (Concessão)/recebimento de créditos com partes relacionadas	33 -	600	-	600
Caixa líquido das atividades de financiamento	(35.354)	23.669	(26.711)	23.649
Captação de empréstimos e financiamentos	114.878	264.151	114.891	264.208
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(141.602)	(240.559)	(141.602)	(240.559)
Captação (pagamento) de empresas ligadas	(8.630)	77	-	-
Efeitos da oscilação de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(628)	1.705	(2.737)	29
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	8 8.719	7.014	12.802	8.618
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	8 8.091	8.719	10.065	12.802

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	Acumulado 31 de dezembro de 2011	Acumulado 31 de dezembro de 2010	Acumulado 31 de dezembro de 2011	Acumulado 31 de dezembro de 2010
Receitas	693.437	621.755	729.881	648.896
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	684.164	599.245	728.884	634.768
Outras receitas	9.624	22.479	1.643	1.128
Reversão (provisão) para crédito liquidação jurídica	3	31	(646)	(557)
Insumos adquiridos de terceiros	(370.502)	(327.056)	(379.729)	(332.479)
Custos Produtos, Mercadoria e Serviços Vendidos	(293.940)	(243.875)	(292.832)	(262.627)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(76.607)	(83.121)	(86.185)	(96.497)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	45	(60)	(164)	(930)
Resultado de operações descontinuadas	-	-	(548)	(8.425)
Valor adicionado bruto	322.935	294.699	350.152	316.417
Retenções	(15.855)	(16.405)	(15.918)	(16.762)
Depreciação e amortização	20 e 21 (15.855)	(16.405)	(15.918)	(16.762)
Valor adicionado líquido produzido	307.080	278.294	334.234	299.655
Valor adicionado recebido em transferência	33.955	27.820	24.537	27.668
Resultado de equivalência patrimonial	19 10.028	904		

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").
Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

2.20. Provisões para contingências, passivos e ativos contingentes
As provisões para contingências são provisões quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.
Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não são reconhecidos e nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

2.21. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.
Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas vigentes de cada legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos caso haja um direito legal de compensar ativos e passivos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda liquidados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.22. Benefícios a empregados
a) Plano de previdência privada
A Companhia patrocinou plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições para o plano, com os ajustes de serviços passados não afetando o balanço patrimonial. O balanço patrimonial não tem ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.
O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data da balanço, mensurado pelo custo líquido do plano, com os ajustes de serviços passados não afetando o balanço patrimonial. O balanço patrimonial não tem ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial".
Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que os impactos do plano de pensão estejam condicionados à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são o valor líquido do plano, com os ajustes de serviços passados não afetando o balanço patrimonial. O balanço patrimonial não tem ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

b) Plano de participação nos resultados
O reconhecimento desta participação, quando aplicável, é efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável. A participação nos resultados é registrada no passivo circulante, sob a rubrica "Outros" e na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais". Seu cálculo baseia-se em uma fórmula que considera o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçados.

2.23. Reconhecimento de receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.
A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

a) Venda de produtos - atacado
A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos a descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no prazo especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variando de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras e Lojas Franquias), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

b) Receita de royalties
A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Receita financeira
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

2.27. Resultado de operações descontinuadas
O resultado de operação descontinuada é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contabilmente o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a impairment e são apresentadas na nota explicativa 36.

2.28. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor
a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas
As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2013, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia e suas controladas.

• IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descausamento contábil.

• IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle.

• IFRS 11 - "Acordos em conjunto", emitido em maio de 2011. A norma revê reflexões mais realistas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma legal. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operacionais em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto.

• IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.

• IFRS 13 - "Medição de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e unificar a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP.

A administração ainda avaliará o impacto total dessas normas e alterações de normas, mas não se espera que haja algum impacto nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticas
3.1. Estimativas e julgamentos contábeis críticas
Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos
A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para contingências
A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perda no estoque
A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando o valor dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos
Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas demonstrações financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas tiverem uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessário uma reversão de parte significativa do nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Plano de previdência privada
O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, quando estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa 29.

f) Operação descontinuada
A Companhia reconhece a descontinuação de controladas mediante aprovação do Conselho de Administração e para isso registra provisões com base no preço de liquidação de expectativas passada, constituindo o valor justo estimado de perda na descontinuação do negócio.

3.2. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade
a) Recebíveis de Eletrobrás
O reconhecimento de Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que encontra-se atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo senhor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa, desta forma de acordo com os consultores jurídicos, é praticamente certo a chancela definitiva dos valores postulados.

b) Créditos com outras pessoas ligadas com garantias
O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se inseridos no orçamento da União. A Refinadora Catarinense S/A já efetuou o pagamento em agosto de 2011 de parcelas, conforme disposição contratual.

c) Parcelamento MP 470
O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.
A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação - Mandado de Segurança - tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon).

d) Benefícios fiscais de ICMS
A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina, conforme descrito na nota explicativa 23(h). O Supremo Tribunal Federal - STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

4. Gestão de risco financeiro
4.1. Fatores de risco financeiro
As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, seguindo as políticas protegidas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira, identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado
i) Risco cambial
A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, basicamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Apresentamos a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em reais		Em reais	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Contas a receber	13.782	10.201	13.782	10.201
Créditos com controladas	38.405	33.784	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(38.582)	(33.738)	-	-
Fornecedores, líquido de adiantamentos	(9.631)	(5.166)	(9.631)	(5.166)
Empréstimos e financiamentos	(44.347)	(27.698)	(44.347)	(27.698)
Comissões	(703)	(602)	(703)	(602)
Passivos líquidos	(41.076)	(23.215)	(40.899)	(23.265)

	Em 31 de dezembro de 2011		Em 31 de dezembro de 2010	
	Empréstimos e financiamentos	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias	Total
Menos de um ano	78.600	98.105	20.731	198.436
Entre um e dois anos	31.133	-	36.722	67.855
Entre dois e cinco anos	10.860	-	26.394	37.254
Acima de cinco anos	1.632	-	60.120	61.752
Total	123.225	98.105	143.967	365.297

	Em 31 de dezembro de 2011		Em 31 de dezembro de 2010	
	Empréstimos e financiamentos	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias	Total
Menos de um ano	78.600	98.597	21.773	199.970
Entre um e dois anos	31.068	-	37.953	69.021
Entre dois e cinco anos	10.838	-	26.538	37.376
Acima de cinco anos	2.575	-	60.447	63.022
Total	124.081	98.597	146.711	369.389

d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM
i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros
Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Em 31 de dezembro de 2011 a administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 10,87% e TJLP de 6,00%. A taxa provável foi então valorizada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Operação	31 de dezembro de 2011	Risco	Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
			R\$	%	R\$	%	R\$	%
Empréstimos								
- Capital de giro	(22.696)	Alta CDI	10,87%	(2.467)	13,59%	(3.084)	16,31%	(3.702)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(10.386)	Alta CDI	10,87%	(1.129)	13,59%	(1.411)	16,31%	(1.693)
Empréstimos - 4131	(11.111)	Alta CDI	10,87%	(1.208)	13,59%	(1.510)	16,31%	(1.812)
Empréstimos - Exim								
Pré-embarque TJ 462	(2.514)	Alta TJLP	6,00%	(151)	7,50%	(188)	9,00%	(226)
Total	(46.707)			(4.955)		(6.193)		(7.433)

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio
A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2011 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	31 de dezembro de 2011	Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	13.782	1.8758	2.3448	3.446	2.8137	6.891	
Fornecedores, líquido de adiantamentos	(9.631)	1.8758	2.3448	(2.408)	2.8137	(4.815)	
Empréstimos e financiamentos	(44.347)	1.8758	2.3448	(11.087)	2.8137	(22.174)	
Comissões	(703)	1.8758	2.3448	(176)	2.8137	(352)	
Passivos líquidos expostos	(40.899)	1.8758	2.3448	(10.225)	2.8137	(20.450)	

4.2. Gestão de capital
Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.
O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 podem ser assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Empréstimos e financiamentos	118.954	142.018	118.810	142.826
Parcelamento de obrigações tributárias	143.967	149.801	146.711	153.209
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(8.091)	(8.719)	(10.065)	(12.802)
Créditos com outras pessoas ligadas	(93.780)	(94.667)	(93.780)	(94.667)
Títulos e valores mobiliários	-	(1.120)	-	(1.120)
Dívida líquida	161.050	187.313	162.766	187.446
Total do patrimônio líquido	81.790	60.864	81.798	60.836
Total do capital	242.840	248.177	244.474	248.282
Índice de alavancagem financeira (%)	66	75	67	75

A Companhia conta com linhas de créditos disponíveis e não utilizadas no montante de R\$ 24.355 em 31 de dezembro de 2011.

4.3. Estimativa do valor justo
Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.
Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), são uma aproximação razoável dos seus valores justos, não sendo necessário divulgar sua estimativa.

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

• Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
• Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
• Nível 3 - inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Os ativos financeiros e passivos financeiros, mensurados ao valor justo, foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, conforme tabela a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativos				
Recebíveis				
- Aplicações financeiras	-	3.013	-	3.013
- Títulos e valores mobiliários	-	1.120	-	1.120
Total	-	4.133	-	4.133
Passivos				
Outros passivos financeiros				
- Empréstimos e financiamentos	118.954	142.018	118.810	142.826
- Parcelamento de obrigações tributárias	143.967	149.801	146.711	153.209
Total	262.921	291.829	265.521	296.035

5. Instrumentos financeiros por categoria
No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Recebíveis				
- Caixa e equivalentes de caixa	8.091	8.719	10.065	12.802
- Contas a receber de clientes	104.303	96.353	107.867	101.848
Total	112.394	105.072	117.932	114.650
Mantidos até o vencimento				
- Títulos e valores mobiliários	-	1.120	-	1,120

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Apresentamos a seguir a avaliação de rating das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o exercício:

	Fitch	Moody's	S&P
Banco ABC Brasil S.A.	AA-(bra)	Aa1.br	-
Banco Alfa	AA-(bra)	Aaa.br	-
Banco Bradesco S.A.	AAA(bra)	Aaa.br	brAAA
Banco Daycoval S.A.	A+(bra)	-	-
Banco do Brasil S.A.	AAA(bra)	-	-
Banco Fibra S.A.	A (bra)	-	-
Banco Industrial e Comercial S.A.	A+(bra)	-	-
Banco Indusval S.A.	BBB(bra)	-	-
Banco Itaú S.A.	AAA(bra)	Aaa.br	brAAA
Banco Safra	AA+(bra)	Aaa.br	-
Banco Sofisa S/A	A (bra)	-	-
Caixa Econômica Federal	AAA(bra)	-	-
H5BC Bank Brasil S.A.	AAA(bra)	Aaa.br	-

7. Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2010
Conta corrente	8.091	5.706	10.065	6.776	7.444
Aplicações financeiras	-	3.013	-	6.026	-
Total	8.091	8.719	10.065	12.802	7.444

9. Contas a receber de clientes

	Controladora	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2010
Contas a receber de terceiros:					
Clientes - mercado interno	92.074	87.603	96.732	93.897	93.897
Clientes - mercado externo	13.782	10.201	13.782	10.201	10.201
Total	105.856	97.804	110.514	104.098	104.098

Contas a receber de partes relacionadas:

	Controladora	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2010
Entidades ligadas à administração	1.258	1.142	1.258	1.142	1.142
Total	1.258	1.142	1.258	1.142	1.142

Impairment de contas a receber de clientes:

	Controladora	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2010
Provisão para devedores duvidosos	(2.728)	(2.377)	(3.822)	(3.176)	(3.176)
Recomposição do valor nominal ao valor presente	(83)	(216)	(83)	(216)	(216)
Total	(2.811)	(2.593)	(3.905)	(3.392)	(3.392)

	Controladora	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2010
Parcela do circulante	104.303	96.353	107.867	101.848	101.848
Parcela do não circulante	104.303	95.956	107.867	101.491	101.491
Total	-	357	-	357	357

A movimentação das contas a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	Controladora	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2010
Em 31 de dezembro de 2010	-	-	-	2.377	3.176
Provisão (reversão) para impairment de contas a receber (a)	-	-	-	351	646
Em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	2.728	3.822

(a) A movimentação da provisão está apresentada pelo valor líquido das instituições e reversões. Matéria-se que a provisão é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado do exercício como despesas comerciais.

a) Composição das contas a receber por idade de vencimento

	Controladora	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2010
A vencer - circulante	211	444	211	444	444
A vencer - não circulante	97.069	89.700	100.256	93.846	93.846
Vencidos até 30 dias	6.551	3.177	6.622	3.657	3.657
Vencidos de 31 a 60 dias	300	1.009	300	1.262	1.262
Vencidos de 61 a 90 dias	309	519	309	725	725
Vencidos de 91 a 180 dias	311	1.093	311	2.204	2.204
Vencidos de 181 a 360 dias	606	736	1.668	736	736
Vencidos há mais de 360 dias	1.757	2.268	2.095	2.268	2.268
Total	107.114	98.946	111.772	105.240	105.240

b) Composição das contas a receber por idade de vencimento - impaired e não impaired

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Duplicatas a vencer não impaired	Duplicatas vencidas não impaired	Duplicatas impaired*	Total	Duplicatas a vencer não impaired	Duplicatas vencidas não impaired	Duplicatas impaired*	Total
A vencer - não circulante	-	-	211	211	-	-	444	444
A vencer - circulante	96.851	-	218	97.069	89.700	-	-	89.700
Vencidos até 30 dias	-	6.529	22	6.551	-	3.177	-	3.177
Vencidos de 31 a 60 dias	-	289	11	300	-	1.009	-	1.009
Vencidos de 61 a 90 dias	-	307	4	311	-	507	-	507
Vencidos de 91 a 180 dias	-	307	4	311	-	1.077	-	1.077
Vencidos de 181 a 360 dias	-	197	409	606	-	655	-	655
Vencidos há mais de 360 dias	-	1.757	511	2.268	-	2.268	-	2.268
Total	96.851	7.535	2.728	107.114	90.144	6.425	2.377	98.946

* Para constituição das duplicatas impaired considera-se a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Duplicatas a vencer não impaired	Duplicatas vencidas não impaired	Duplicatas impaired*	Total	Duplicatas a vencer não impaired	Duplicatas vencidas não impaired	Duplicatas impaired*	Total
A vencer - não circulante	-	-	211	211	-	-	444	444
A vencer - circulante	100.038	-	218	100.256	93.846	-	-	93.846
Vencidos até 30 dias	-	6.600	22	6.622	-	3.657	-	3.657
Vencidos de 31 a 60 dias	-	289	11	300	-	1.262	-	1.262
Vencidos de 61 a 90 dias	-	307	4	311	-	507	-	507
Vencidos de 91 a 180 dias	-	307	4	311	-	1.077	-	1.077
Vencidos de 181 a 360 dias	-	197	409	606	-	655	-	655
Vencidos há mais de 360 dias	-	1.757	511	2.268	-	2.268	-	2.268
Total	100.038	7.912	3.822	111.772	94.290	7.774	3.176	105.240

* Para constituição das duplicatas impaired considera-se a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa 23. Seu montante é calculado a partir de um percentual do saldo residual da dívida. Em 31 de dezembro de 2011, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 38.606 (R\$ 53.345 em 31 de dezembro de 2010).

10. Estoques

	Controladora	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2010
Produtos acabados	76.693	82.945	77.888	84.444	84.444
Produtos em processo	8.777	7.216	8.777	7.216	7.216
Provisão para avaliação de estoques	7.412	8.489	7.412	8.489	8.489
Total	(7.895)	(10.441)	(9.090)	(11.471)	(11.471)

Total 5.566 5.067 5.566 5.067

Total 90.553 93.276 90.553 93.276

11. Tributos a recuperar

	Controladora	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2010
Circulante	389	236	389	273	273
ICMS	892	930	892	930	930
IRPJ (a)	-	84	-	4	4
IRRF/CSRF	101	112	245	278	278
Outros	1.382	1.362	1.530	1.939	1.939
Total	1.762	1.455	1.762	1.455	1.455
Não circulante	1.762	1.455	1.762	1.455	1.455
ICMS sobre ativo imobilizado	1.762	1.455	1.762	1.455	1.455
Total	3.524	2.910	3.524	2.910	2.910

a) A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes em produtos e comercializados pela Portobello S.A. originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, foi pela terceira vez prorrogada, conforme Decreto nº 7.542 de 2 de agosto de 2011, e será mantida até 31 de dezembro de 2012. Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

12. Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as demonstrações de utilização deste crédito. Dado este fato a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido de "Refinadora".

Resalta-se que a "Refinadora" já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal "crédito-prêmio do IPI, de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgado.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e "Refinadora" firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 31 de dezembro de 2011, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 93.780 (R\$ 94.667 em 31 de dezembro de 2010) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantia já se transformaram em precatório, com efeito, a Companhia já recebeu em agosto de 2011 o valor de R\$ 8.505 referente à primeira parcela anual, de um total de 10 parcelas, conforme disposto em contrato.

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

13. Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista (vide nota explicativa 27) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança, TR + 0,5%.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2010
Cível	-	6	-	6	6
Trabalhista	5.994	5.989	6.031	6.021	6.021
Tributária	1.930	2.016	1.930	2.016	2.016
Total	7.924	8.011	7.961	8.043	8.043

14. Recebíveis da Eletrobrás

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobrás visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/82.

Em 16 de dezembro de 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução. Nesta ocasião, a Eletrobrás e União Federal embargaram o processo, reconhecendo como parcela incontroversa o valor de R\$ 6.286 (valores de 01 de março de 2008), representados (i) por meio de depósito bancário no valor de R\$ 4.964, em 01 de abril de 2008 e (ii) pela transferência de 61.209 ações preferenciais de nominativo de "B" da Eletrobrás que foram vendidas em 13 de agosto de 2008 por R\$ 1.597.

A Justiça Federal determinou que o núcleo de contábil apurasse o valor remanescente devido à Companhia. A contadora apurou então o valor de R\$ 12.064 em 01 de fevereiro de 2006. A Companhia reconheceu o valor apurado pela perícia judicial e mantém estes valores atualizados pelo INPC acrescido de 12% a.a. Em 30 de setembro de 2010, o saldo remanescente era de R\$ 15.613 antes da atualização.

Submetido o cálculo à revisão, a contadora da Justiça Federal apresentou novos valores, apurando como "condenação líquida" o valor de R\$ 24.749. Em setembro de 2010 a Companhia reconheceu a diferença entre os valores apurados anteriormente e o cálculo atual da contadora da Justiça Federal no montante de R\$ 9.136, registrada sob rubrica "Outras receitas operacionais". O valor do ativo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 81.059 (R\$ 26.131 em 31 de dezembro de 2010).

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O regime tributário da Companhia é real anual, desta forma, durante o exercício social os pagamentos por intermédio são registrados no ativo circulante e a provisão no passivo circulante até a apuração anual no final do período.

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2010
Imposto de renda	513	628	(63)	(415)	(435)	(732)	(732)	(732)
Contribuição social	186	152	(175)	(106)	(106)	(317)	(317)	(317)
Total	699	780	(238)	(521)	(541)	(1.049)	(1.049)	(1.049)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são os seguintes:

	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2010
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	25.280	29.309	25.280	29.309	25.280	29.309	25.280	29.309
Prejuízos fiscais	6.477	8.953	6.477					

Portobello S.A. e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Custo produto vendido	14.253	14.229	14.253	14.229
Despesa comercial	840	762	887	1.064
Despesa administrativa	372	345	372	345
Total	15.465	15.336	15.512	15.638

A Companhia é arrendatária em operações de arrendamentos financeiros de equipamentos que estão apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Computadores	311	(149)	162	332
Outras imobilizações	-	-	46	(13)
Total	311	(149)	162	332

A Companhia arrenda diversos bens, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos de arrendamentos são de no máximo dois anos e a propriedade dos ativos é da Companhia.

21. Intangível

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Computadores	311	(149)	162	332
Outras imobilizações	-	-	46	(13)
Total	311	(149)	162	332

A Companhia arrenda diversos bens, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos de arrendamentos são de no máximo dois anos e a propriedade dos ativos é da Companhia.

b) Movimentação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Computadores	311	(149)	162	332
Outras imobilizações	-	-	46	(13)
Total	311	(149)	162	332

A Companhia arrenda diversos bens, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos de arrendamentos são de no máximo dois anos e a propriedade dos ativos é da Companhia.

22. Imobilizações

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Computadores	311	(149)	162	332
Outras imobilizações	-	-	46	(13)
Total	311	(149)	162	332

A Companhia arrenda diversos bens, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos de arrendamentos são de no máximo dois anos e a propriedade dos ativos é da Companhia.

23. Depreciação

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Computadores	311	(149)	162	332
Outras imobilizações	-	-	46	(13)
Total	311	(149)	162	332

A Companhia arrenda diversos bens, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos de arrendamentos são de no máximo dois anos e a propriedade dos ativos é da Companhia.

24. Impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Computadores	311	(149)	162	332
Outras imobilizações	-	-	46	(13)
Total	311	(149)	162	332

A Companhia arrenda diversos bens, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos de arrendamentos são de no máximo dois anos e a propriedade dos ativos é da Companhia.

25. Provisões para contingências

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Computadores	311	(149)	162	332
Outras imobilizações	-	-	46	(13)
Total	311	(149)	162	332

A Companhia arrenda diversos bens, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos de arrendamentos são de no máximo dois anos e a propriedade dos ativos é da Companhia.

26. Passivo contingente

De acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos financeiros, os assessores jurídicos da Companhia estimaram os montantes dos passivos contingentes. Entende-se que além das prováveis reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas por danos, existem também outras ações cíveis e trabalhistas, as quais foram classificadas pelos assessores jurídicos da Companhia como perdas possíveis a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Computadores	311	(149)	162	332
Outras imobilizações	-	-	46	(13)
Total	311	(149)	162	332

A Companhia arrenda diversos bens, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos de arrendamentos são de no máximo dois anos e a propriedade dos ativos é da Companhia.

27. Provisões para contingências

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Computadores	311	(149)	162	332
Outras imobilizações	-	-	46	(13)
Total	311	(149)	162	332

A Companhia arrenda diversos bens, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos de arrendamentos são de no máximo dois anos e a propriedade dos ativos é da Companhia.

28. Passivo contingente

De acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos financeiros, os assessores jurídicos da Companhia estimaram os montantes dos passivos contingentes. Entende-se que além das prováveis reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas por danos, existem também outras ações cíveis e trabalhistas, as quais foram classificadas pelos assessores jurídicos da Companhia como perdas possíveis a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Computadores	311	(149)	162	332
Outras imobilizações	-	-	46	(13)
Total	311	(149)	162	332

A Companhia arrenda diversos bens, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos de arrendamentos são de no máximo dois anos e a propriedade dos ativos é da Companhia.

29. Benefícios a empregados

29.1. Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas desde 01 de novembro de 1997 patrocinam plano de benefícios intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e conta com 44 participantes. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo das contribuições especiais referentes ao tempo passado, a serem depositadas na conta individual daqueles participantes que satisfizerem às condições estabelecidas no regulamento do plano, montia em R\$ 3.118 (R\$ 3.469 em 31 de dezembro de 2010) e encontra-se provisionado no passivo não circulante. No momento em que cada participante integrante desta condição tornar-se elegível, a Companhia quitará a parcela de reserva especial atribuída ao mesmo.

A avaliação atuarial, atualizada até 31 de dezembro de 2011, apresenta um superávit R\$ 3.837 (superávit de R\$ 1.764 em 31 de dezembro de 2010), o qual está registrado no ativo não circulante, sob a rubrica de "Ativo atuarial" e os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativo justos dos ativos do plano	42.305	39.270
Valor presente das obrigações financiadas	(38.468)	(37.506)
Ativo (passivo) atuarial líquido	3.837	1.764

A movimentação do valor justos dos ativos do plano de benefícios e da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Valor justos dos ativos do plano	39.270	39.270
Benefícios pagos no ano	(1.103)	(547)
Contribuições participante vertidas no ano	870	841
Contribuições patrocinadora vertidas no ano	1.589	1.451
Rendimentos esperados dos ativos no ano	4.036	3.788
Ativos - ganho ou perda	(2.357)	2.778
Em 31 de dezembro	42.305	39.270

Obrigação de benefício definido

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Em 1º de janeiro	37.506	31.043
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1.446	1.766
Juros sobre obrigação atuarial	3.855	3.634
Benefícios pagos no ano	(1.103)	(547)
Obrigações - (ganho) ou perda	(2.357)	2.610
Em 31 de dezembro	38.468	37.506

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia registrou o ganho atuarial de R\$ 879 (R\$ 168 em 31 de dezembro de 2010) como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial".

29.2. Despesas de benefícios a empregados

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Benefícios pagos no ano	1.103	547
Contribuições participante vertidas no ano	870	841
Contribuições patrocinadora vertidas no ano	1.589	1.451
Rendimentos esperados dos ativos do plano	4.036	3.788
Ativos - ganho ou perda	(2.357)	2.778
Em 31 de dezembro	42.305	39.270

30. Patrimônio líquido

a) Capital social

(valores integrais, não arredondados)

A Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 112.957.487 representado por 159.008.924 ações ordinárias, nominativas, escrituras e sem valor nominal.

Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais, sendo os direitos e privilégios próprios estabelecidos, por lei e nos estatutos para a sua espécie.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de novas ações ordinárias, nominativas, escrituras e sem valor nominal, totalizando um capital social representado por até 1.159.008.924 ações, sendo vedada a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Em 31 de dezembro de 2011 havia 61.992.547 ações em circulação, o equivalente a 38,99% do total de ações emitidas (112.655.178 em 31 de dezembro de 2010, equivalente a 70,85% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

O acordo de acionistas celebrado em 15 de abril de 2011 formalizou os ajustes que entre si fizeram, referentes às regras e aos procedimentos de regularização do exercício do poder de controle da Companhia por eles e que diminuiu o percentual das ações em circulação.

b) Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas em laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, a qual determinou os valores dos bens reavaliados, bem como estabelecido o novo prazo de vida útil remanescente, que se constituiu em nova base de depreciação ao valor contábil líquido das reavaliações, estas aprovadas pela AGE em 29 de dezembro de 2006, o saldo da reavaliação de ativos próprios, líquido dos efeitos tributários diferidos, monta em R\$ 45.292 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 46.872 em 31 de dezembro de 2010), a despeça de depreciação da reavaliação, líquida dos efeitos tributários de IR e CSLL diferidos passivos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 1.580 (R\$ 1.857 em 31 de dezembro de 2010), e o saldo do IR e CSLL diferidos sobre a reserva de reavaliação registrado no passivo não circulante é de R\$ 18.470 (R\$ 19.007 em 31 de dezembro de 2010), vide nota explicativa 15(b).

c) Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2011 havia 61.992.547 ações em circulação, o equivalente a 38,99% do total de ações emitidas (112.655.178 em 31 de dezembro de 2010, equivalente a 70,85% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

O acordo de acionistas celebrado em 15 de abril de 2011 formalizou os ajustes que entre si fizeram, referentes às regras e aos procedimentos de regularização do exercício do poder de controle da Companhia por eles e que diminuiu o percentual das ações em circulação.

b) Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas em laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, a qual determinou os valores dos bens reavaliados, bem como estabelecido o novo prazo de vida útil remanescente, que se constituiu em nova base de depreciação ao valor contábil líquido das reavaliações, estas aprovadas pela AGE em 29 de dezembro de 2006, o saldo da reavaliação de ativos próprios, líquido dos efeitos tributários diferidos, monta em R\$ 45.292 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 46.872 em 31 de dezembro de 2010), a despeça de depreciação da reavaliação, líquida dos efeitos tributários de IR e CSLL diferidos passivos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 1.580 (R\$ 1.857 em 31 de dezembro de 2010), e o saldo do IR e CSLL diferidos sobre a reserva de reavaliação registrado no passivo não circulante é de R\$ 18.470 (R\$ 19.007 em 31 de dezembro de 2010), vide nota explicativa 15(b).

c) Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2011 havia 61.992.547 ações em circulação, o equivalente a 38,99% do total de ações emitidas (112.655.178 em 31 de dezembro de 2010, equivalente a 70,85% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

O acordo de acionistas celebrado em 15 de abril de 2011 formalizou os ajustes que entre si fizeram, referentes às regras e aos procedimentos de regularização do exercício do poder de controle da Companhia por eles e que diminuiu o percentual das ações em circulação.

b) Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas em laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, a qual determinou os valores dos bens reavaliados, bem como estabelecido o novo prazo de vida útil remanescente, que se constituiu em nova base de depreciação ao valor contábil líquido das reavaliações, estas aprovadas pela AGE em 29 de dezembro de 2006, o saldo da reavaliação de ativos próprios, líquido dos efeitos tributários diferidos, monta em R\$ 45.292 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 46.872 em 31 de dezembro de 2010), a despeça de depreciação da reavaliação, líquida dos efeitos tributários de IR e CSLL diferidos passivos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 1.580 (R\$ 1.857 em 31 de dezembro de 2010), e o saldo do IR e CSLL diferidos sobre a reserva de reavaliação registrado no passivo não circulante é de R\$ 18.470 (R\$ 19.007 em 31 de dezembro de 2010), vide nota explicativa 15(b).

c) Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2011 havia 61.992.547 ações em circulação, o equivalente a 38,99% do total de ações emitidas (112.655.178 em 31 de dezembro de 2010, equivalente a 70,85% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

	Controlado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Seis meses ou menos	33.485	32.003
Um a cinco anos	19.164	22.993
Acima de cinco anos	37.550	39.835
Total	856	5.117
Total	91.055	99.978

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Reais	74.607	114.320	75.463	115.128
Euros	1.074	1.540	1.074	1.540
Dólares dos Estados Unidos	43.273	26.158	43.273	26.158
Total	118.954	142.018	119.810	142.826

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de 8,71% (11,52% em 31 de dezembro de 2010).

As obrigações de arrendamento financeiro estão descritas conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos	39	150
Menos de um ano	-	-
Mais de um ano e menos de cinco anos	39	39
Total	39	189

Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	(1)	(174)
O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é como segue:		
Menos de um ano	38	136
Mais de um ano e menos de cinco anos	-	-
Total	38	174

24. Parcelamento de obrigações tributárias

	Obrigações fiscais	Data do parcelamento	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
			Parcelas a vencer	Parcelas a vencer	Parcelas a vencer	Parcelas a vencer
Portobello S.A.	INSS	Dez/09	35	8.987	10.809	
	IRPJ	Dez/09	35	6.083	7.419	
	PIS	Mar/09	26	310	413	
	COFINS	Mar/09	26	1.426	1.903	
	IRPJ	Mar/09	26	2.265	3.022	
	CSLL	Mar/09	26	1.942	1.124	
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	154	124.054	125.111	

Total da Controladora

	Parcela do circulante	Parcela do não circulante	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
			Parcelas a vencer	Parcelas a vencer		

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31. Receitas
A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita bruta de vendas.....	702.241	614.284	745.384	648.582
Deduções da receita bruta.....	(154.281)	(132.996)	(158.578)	(137.167)
Devoluções.....	(136.204)	(117.957)	(140.499)	(122.566)
Impostos sobre vendas.....	(18.077)	(15.039)	(18.079)	(14.601)
Receita líquida de vendas.....	547.960	481.288	586.806	511.415
Mercado interno.....	513.914	443.960	543.279	470.428
Mercado externo.....	34.046	37.328	43.527	40.987

32. Despesas por natureza
Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração.....	(1.028)	(14.771)	(1.028)	(14.771)
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos).....	201.913	197.909	200.027	196.198
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção).....	29.627	33.784	29.627	33.784
Custo das mercadorias revendidas.....	86.725	57.597	88.101	58.185
Despesas com transporte das mercadorias vendidas.....	2.672	2.888	2.672	2.888
Salários, encargos e benefícios a empregados.....	103.717	87.172	110.937	93.714
Mão de obra e serviços de terceiros.....	14.556	15.824	20.865	19.034
Amortização e depreciação.....	15.720	16.500	15.782	16.407
Comissões sobre vendas e leasings operacionais.....	6.626	4.988	6.626	4.870
Despesas com aluguel.....	11.927	9.840	11.927	9.840
Despesas com marketing e publicidade.....	7.172	4.652	10.925	6.949
Outras despesas comerciais.....	15.672	11.470	15.579	11.764
Outras despesas administrativas.....	2.618	1.757	2.740	1.848
Total.....	497.857	428.970	516.780	440.710

33. Outras receitas e despesas operacionais líquidas
As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços com partes relacionadas.....	3.187	3.251	-	-
Receita de serviços prestados a terceiros.....	886	452	886	452
Saldo líquido da reversão de participação nos lucros.....	252	-	252	-
Consolidação parcelamento lei 11941/09 (nota 24 (a)).....	3.613	-	3.613	-
Complemento empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 14).....	-	9.136	-	9.136
Utilização de créditos tributários para MP 470 (nota 25).....	-	3.252	-	3.252
Venda de imobilizado.....	-	600	-	600
Crédito de ICMS sobre ativo imobilizado.....	-	398	-	398
Atualização Atuarial (nota 29.1).....	1.589	1.185	1.589	1.185
Outras receitas.....	369	204	384	222
Total.....	9.896	18.478	6.724	15.245

Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Provisão para contingências trabalhistas (nota 27).....	(5.110)	(2.791)	(5.110)	(2.791)
Provisão para contingências cíveis (nota 27).....	(3.254)	(1.475)	(3.298)	(1.490)
Custo de Ociosidade (a).....	(3.610)	-	(3.610)	-
Gastos com adaptações de instalações (b).....	(1.180)	-	(1.180)	-
Tributos sobre outras receitas.....	(532)	(361)	(532)	(361)
Atualização Atuarial (nota 29.1).....	(395)	-	(395)	-
Ata de depósitos tributários e despesas processuais.....	(374)	-	(374)	-
Migração de débitos da MP 470 para Lei 11.941 (nota 24(a)).....	-	(5.577)	-	(5.577)
Consolidação parcelamento lei 11941/09 (nota 24 (a)).....	-	-	(225)	-
Participação nos lucros.....	-	(2.783)	-	(3.155)
Provisão para ajuste de estoque.....	-	(925)	-	-
Custo do imobilizado vendido.....	-	(321)	(39)	(321)
Tributos e taxas municipais (c).....	-	(207)	-	(988)
Indenização sobre contrato de terceiros.....	-	(121)	-	(757)
Baixa de impostos a recuperar.....	-	-	(128)	-
Outras despesas.....	(116)	(564)	(140)	(544)
Total.....	(14.571)	(15.125)	(15.031)	(15.203)
Total líquido.....	(4.675)	3.353	(8.307)	42

(a) Durante o segundo trimestre de 2011, houve a redução do volume de produção como parte de ações estratégicas da Companhia para adequar seus níveis de estoque. Desta forma parte dos custos fixos incorridos no período foram reconhecidos diretamente no resultado, a fim de não mensurar os produtos elaborados a um valor acima de seu custo normal. O tratamento contábil está de acordo com o CPC 16.

(b) Despesas incorridas com adaptações das instalações para armazenamento e destinação final de resíduos industriais de forma a adequar às normas ambientais.

(c) Pedido de ressarcimento de tributos municipais indeferido no segundo trimestre de 2010.

34. Outros ganhos (perdas), líquidos
A variação cambial líquida registrada no sob a rubrica de outros ganhos (perdas) líquidos, individual e consolidada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Variação cambial líquida		
Contas a receber.....	5.849	(1.562)
Fornecedores.....	(1.211)	202
Comissões.....	(8)	2
Total.....	4.630	(1.358)

35. Resultado financeiro
O resultado financeiro individual e consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras				
Juros.....	1.486	1.278	1.874	1.278
Juros sobre créditos tributários.....	-	169	-	169
Descontos recebidos.....	177	121	273	155
Atualização empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 14).....	4.928	3.137	4.928	3.137
Atualização do ativo tributário (nota 16(a)).....	1.233	929	1.233	929
Atualização de contas a receber com partes relacionadas (nota 12).....	9.189	7.886	9.189	7.886
Atualização de depósitos judiciais tributários e trabalhistas.....	18	220	18	220
Recomposição do valor nominal ao valor presente de contas a receber (nota 9).....	145	-	145	-
Recomposição do valor nominal ao valor presente de contas a pagar (nota 22).....	584	44	584	44
Consolidação Lei 11.941 (nota 24 (a)).....	-	-	125	-
Total.....	17.760	13.071	18.369	13.818

Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Encargos financeiros com tributos.....	(16.325)	(22.133)	(16.530)	(22.359)
Decomposição de desconto de provisões para contingências (nota 27).....	(18.104)	(13.586)	(15.414)	(13.877)
Comissões e despesas (nota 27).....	(1.861)	(1.051)	(1.861)	(1.051)
Descontos/despesas de serviços.....	(1.337)	(2.084)	(1.357)	(2.111)
Descontos/despesas bancárias.....	(3.397)	(574)	(3.397)	(574)
Descontos concedidos.....	(1.260)	(497)	(1.270)	(550)
IOF.....	(588)	(869)	(592)	(870)
Imposto de renda s/ operações financeiras.....	(602)	-	(602)	-
Consolidação Lei 11.941 (nota 24 (a)).....	(690)	-	(690)	-
Obrigações de arrendamento financeiro.....	(13)	(86)	(13)	(86)
Decomposição do valor nominal ao valor presente de contas a receber (nota 9).....	(12)	(216)	(12)	(216)
Decomposição do valor nominal ao valor presente de contas a pagar (nota 22).....	(11)	-	(11)	-
Outros.....	(75)	(90)	(90)	(3)
Total.....	(41.275)	(41.096)	(41.839)	(41.697)

Variação cambial líquida *

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Aplicações financeiras.....	-	202	-	202
Empréstimos e financiamentos.....	(5.777)	1.686	(5.777)	1.686
Total.....	(5.777)	1.888	(5.777)	1.888
Total líquido.....	(29.292)	(26.137)	(29.247)	(25.991)

* Reflexo da valorização de 13% do Dólar em 2011.

36. Resultado de operações descontinuadas
Em 17 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou a descontinuação das atividades operacionais da controlada Portobello América, tendo em vista que a demanda no mercado norte americano, permaneceu contida para os próximos anos. A desmobilização do ativo está em andamento e os principais ativos e passivos desta unidade, bem como os resultados das operações descontinuadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, são resumidos a seguir:

	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Circulante.....	592	2.000	39.174	36.038
Disponibilidades.....	477	632	9	299
Clientes.....	49	1.158	-	-
Estoque.....	-	160	-	17
Outros.....	66	50	743	1.897
Dividas com pessoas ligadas.....	-	-	38.405	33.784
Patrimônio líquido.....	-	-	(38.582)	(34.038)
Total do ativo.....	592	2.000	592	2.000

Conselho de Administração
Cesar Bastos Olsen - Presidente
Francisco Amaury Giesen - Conselheiro
Mário José Gonzaga Petreili - Conselheiro

Diretoria
Cesar Gomes Júnior - Diretor Presidente
Rildo Pinheiro - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Parecer do Conselho Fiscal
O Conselho Fiscal da Portobello S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado do exercício, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Portobello S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras

Não houve grupos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2011 e 2010. O resultado das operações descontinuadas é apresentado de forma consolidada, portanto, além do resultado da subsidiária Portobello América, Inc. (nota explicativa 19), considera a porção das operações da Controladora na operação descontinuada.

	2011	2010
Resultado das operações descontinuadas		
Receita líquida.....	586	14.469
Custo de produtos (serviços).....	(534)	(13.535)
Lucro bruto.....	52	934
Despesas comerciais, gerais e administrativas.....	(565)	(7.829)
Resultados financeiros.....	(35)	(79)
Outras despesas operacionais.....	-	(1.448)
Outras despesas operacionais - renda e contribuição social sobre o lucro líquido.....	(548)	(8.422)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	-	(3)
Resultado líquido das operações descontinuadas.....	(548)	(8.425)

37. Lucro por ação
a) Básico
De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade.....	24.343	32.104
Quantidade média ponderada de ações ordinárias.....	159.009	159.009
Lucro básico por ação básico por ação.....	0,15	0,20

Resultado das operações continuadas

	2011	2010
Resultado das operações continuadas.....	24.343	32.104
Resultado das operações descontinuadas.....	-	(548)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias.....	159.009	159.009
Resultado das operações continuadas por ação.....	0,15309	0,20190

Resultado das operações descontinuadas por ação

	2011	2010
Resultado das operações descontinuadas por ação.....	-	(0,00345)

A Companhia não possui, nem possuiu durante o exercício de 2011, ações em tesouraria. E a última emissão de ações ocorreu em 2007. Desta forma a quantidade média ponderada de ações é igual ao total de ações em capital próprio (nota explicativa 30). Sendo que este é formado por ações uma classe de ações ordinárias.

O lucro consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores. O mesmo critério foi utilizado para os resultados das operações continuadas e descontinuadas.

b) Diluído
O lucro diluído por ação é igual ao básico, uma vez que a Companhia não detém contratos ou qualquer instrumento financeiro que conceda ao titular o direito a ações ordinárias.

38. Caixa gerado nas operações

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Lucro/prejuízo do exercício antes dos tributos.....		30.794	29.080	37.102	43.398
Ajustes.....		18.378	42.084	35.484	45.467
Depreciação e amortização.....	20 e 21	15.855	16.405	15.918	16.762
Equivalência patrimonial.....	19	(10.028)	(904)	-	-
Varição cambial não realizada.....		1.309	108	7.641	587
Provisão de estoque a valor de mercado.....	10	(2.546)	2.326	(2.381)	3.008
Provisão para devedores duvidosos.....	9	351	(31)	646	550
Provisões para contingências.....	27	6.329	8.226	6.372	8.205
Provisões de obrigações trabalhistas.....		750	2.135	871	2.137
Outras provisões.....		361	225	361	228
Custo residual de imobilizado e intangível baixado.....	20 e 21	5	352	44	579

Outras receitas e despesas operacionais líquidas

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Complemento de empréstimo compulsório Eletrobrás.....		-	(9.136)	-	(9.136)
Parcelamentos tributários.....	24 e 25	(3.613)	2.325	(3.388)	2.325
ICMS sobre ativo imobilizado.....		-	(398)	-	(398)
Ativo atuarial.....		(1.194)	(1.185)	(1.194)	(1.185)
Tributos e taxas municipais.....		-	207	-	207
Participação nos lucros.....		(2.783)	2.783	(3.155)	3.155
Receta na venda de ativo imobilizado.....		-	(600)	-	(600)
Outras.....		140	267	140	268
Atualizações.....		(1.289)	676	(990)	988
Empréstimo compulsório Eletrobrás.....	16	(4.928)	(3.137)	(4.928)	(3.137)
Ativos tributários.....	14	(1.233)	(929)	(1.233)	(929)
Créditos com outras pessoas ligadas.....	12	(9.189)	(7.886)	(9.189)	(7.886)
Depósitos judiciais.....	13	(18)	(286)	(18)	(226)

Decomposição do valor nominal de fornecedores

	2011	2010
Decomposição do valor nominal		